

**1ª ALTERAÇÃO DA
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
PLURIANUAL – FOCO 2017
VALIA**

Março/2017

Esse documento está sujeito a alterações ao longo de 2017 que entrarão em vigor somente após a aprovação do Conselho Deliberativo da Valia. As alterações aprovadas serão consideradas parte integrante da Política de Investimentos Plurianual - Foco 2017 da Valia em substituição ao texto/ trecho original.

Contato:

Para mais informações quanto a este documento, entre em contato através do e-mail fale.conosco.valia@vale.com.

Sumário

1	Alteração da Política de Investimentos 2017	5
2	Alteração do item 3.7: Plano de Gestão Administrativa (PGA).....	5
2.1	Texto original:	5
2.2	Texto alterado:.....	5
3	Alteração do item 5: Metodologia e Critérios para Avaliação de Risco.....	6
3.1	Texto original:	6
3.2	Texto alterado:.....	6
4	Alteração do item 5.1: Modelo de Gestão de Risco	6
4.1	Texto original:	6
4.2	Texto alterado:.....	8
5	Alteração do item 5.2: Risco de Mercado	11
5.1	Texto original:	11
5.2	Texto alterado:.....	12
6	Alteração do item 5.3: Risco de Crédito.....	14
6.1	Texto original:	14
6.2	Texto alterado:.....	16
7	Alteração do item 5.4: Risco de Contraparte.....	18
7.1	Texto original:	18
7.2	Texto alterado:.....	19
8	Alteração do item 5.5: Risco de Concentração	20
8.1	Texto original:	20
8.2	Texto alterado:.....	20
9	Alteração do item 5.6: Risco de Liquidez	21
9.1	Texto original:	21
9.2	Texto alterado:.....	22
10	Alteração do item 5.7: Risco de Sistêmico.....	23
10.1	Texto original:	23
10.2	Texto alterado:.....	24
11	Alteração do item 5.8: Risco Operacional	24
11.1	Texto original:	24
11.2	Texto alterado:.....	25
12	Alteração do item 5.9: Risco Legal	26
12.1	Texto original:	26
12.2	Texto alterado:.....	26
13	Inclusão do item de Atualização da Política de Risco	27

Documento Restrito

1 Alteração da Política de Investimentos 2017

Por conta da adesão da Valia ao **Código de Autorregulação em Governança em Investimentos da ABRAPP/ICSS/SINDAPP** foram realizadas alterações nos itens 3.7 (PGA) e 5.0 (Gestão de Risco) da Política de Investimentos Plurianual da Valia – Foco 2017, aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em sua reunião Ordinária de 15/03/2017, conforme detalhado abaixo:

2 Alteração do item 3.7: Plano de Gestão Administrativa (PGA)

2.1 Texto original:

Os investimentos do Plano de Gestão Administrativa são concentrados em ativos líquidos do segmento de Renda Fixa, seguindo a seguinte alocação:

PGA - Alocação 2017 - % RGRT					
Segmentos	% Mínimo	% Máximo	% Alvo	Carteiras	Limite
Renda Fixa	100,0%	100,0%	100,0%	Titulos Públicos Federais	100,0%
				FIDC e FICFIDC	5,0%
				CRI	5,0%
				Debêntures, Notas Promissórias e Títulos de Instituições Financeira	50,0%

OBS.: O LIMITE INDIVIDUAL DE NOTAS PROMISSÓRIAS É DE 20%

Os índices de referência e as rentabilidades esperadas do PGA estão descritos, por segmento, no quadro abaixo:

Segmentos	Índices de Referência	Rentabilidade Esperada
Renda Fixa	CDI	11,6%
Plano de Gestão Administrativa	CDI	11,6%

2.2 Texto alterado:

Anualmente é aprovado pelo Conselho Deliberativo plano de custeio para cada Plano de Benefícios, que inclui a definição das fontes de receita da Valia. Atualmente, a Fundação não cobra taxa de carregamento dos recursos investidos, sendo a taxa de administração e a taxa de administração de empréstimos as únicas fontes de receita. A taxa de administração é definida considerando a projeção de receitas e despesas, a variação anual do rateio das despesas e a rentabilidade do fundo administrativo já constituído.

Os investimentos do Plano de Gestão Administrativa são concentrados em ativos líquidos do segmento de Renda Fixa, seguindo a seguinte alocação:

PGA - Alocação 2017 - % RGRT					
Segmentos	% Mínimo	% Máximo	% Alvo	Carteiras	Limite
Renda Fixa	100,0%	100,0%	100,0%	Titulos Públicos Federais	100,0%
				FIDC e FICFIDC	5,0%
				CRI	5,0%
				Debêntures, Notas Promissórias e Títulos de Instituições Financeira	50,0%

OBS.: O LIMITE INDIVIDUAL DE NOTAS PROMISSÓRIAS É DE 20%

Os índices de referência e as rentabilidades esperadas do PGA estão descritos, por segmento, no quadro abaixo:

Segmentos	Índices de Referência	Rentabilidade Esperada
Renda Fixa	CDI	11,6%
Plano de Gestão Administrativa	CDI	11,6%

3 Alteração do item 5: Metodologia e Critérios para Avaliação de Risco

3.1 Texto original:

Metodologia e Critérios para Avaliação de Risco

A metodologia e os critérios para avaliação dos riscos (de mercado, de crédito, de contraparte, de concentração, liquidez, sistêmico, operacional e legal) apresentados nesse capítulo se aplicam a todos os Planos sob gestão da Valia.

3.2 Texto alterado:

Política de Gestão de Riscos (Item 5 após a revisão)

4 Alteração do item 5.1: Modelo de Gestão de Risco

4.1 Texto original:

Modelo de Gestão de Riscos

A Valia conta com um modelo de gestão de riscos, baseado em três níveis: Definição de Políticas, Gestão e Controle.

A definição de políticas de gestão de risco é realizada *ex-ante*, e incorpora a determinação de como serão mensurados e controlados os riscos aos quais estão expostos os investimentos da Valia.

As decisões de investimentos são tomadas de forma colegiada, de acordo com políticas de alçada estabelecidas para cada nível de tomada de decisão. Estes níveis incluem o Conselho Deliberativo da Valia, Diretoria Executiva, Comitê Financeiro, Comitê de Investimentos e Gerências.

Ademais, os processos da Valia são periodicamente auditados pela Gerência de Governanças e Gestão de Risco Operacional, por auditoria independente contratada, por auditoria de patrocinadoras e de órgãos reguladores.



As decisões de investimento fundamentam-se nas diretrizes definidas no Planejamento Estratégico, que contam com o auxílio técnico de projeções de cenários macroeconômicos de longo prazo e estudos de ALM - *Asset Liability Management* (Gestão de Ativos e Passivos), ambos elaborados por consultorias especializadas. Este processo é consolidado na revisão anual desta Política de Investimentos.

Uma vez realizados os investimentos, torna-se crucial para o alcance das metas de rentabilidade o constante monitoramento e reavaliação dos riscos, em função das alterações nas condições econômicas, bem como o monitoramento da rentabilidade dos ativos *vis-à-vis* os índices de referência. Para este controle, a Valia possui Relatórios de *Performance*, de Riscos e de Enquadramento, além de um sistema de indicadores, que visa monitorar o atingimento das metas.

A Valia também conta com fornecedores contratados que fornecem ferramentas e relatórios que auxiliam na mensuração de riscos de crédito, de mercado e de liquidez, bem como na mensuração do risco sistêmico.

Neste controle, tem destaque o papel do custodiante dos ativos da Valia, que avalia, de forma consolidada, a aderência dos investimentos aos limites de risco e exposição determinados nas políticas de investimentos de cada plano de benefício, bem como aos limites legais. O custodiante oferece o serviço de *compliance* ativo, impedindo a realização de operações que possam levar a Valia a se desenquadrar em relação aos limites de alocação pré-estabelecidos.

Ainda no tocante ao monitoramento dos investimentos, com foco em análise de riscos, são realizadas as seguintes atividades de controle pela Gerência de Governança e Gestão de Risco Operacional:

- Enquadramento na Legislação Vigente;
- Realização de diagnósticos de *compliance* (com cópia para o Conselho Fiscal);
- Realização da mensuração de riscos operacionais.

4.2 Texto alterado:

Abrangência (Item 5.1 após a revisão)

A metodologia e os critérios para avaliação dos riscos apresentados nesta Política se aplicam a todos os Planos sob gestão da Valia.

Escopo (Item 5.2 após a revisão)

Esta Política abrange os principais riscos identificados (de mercado, de crédito, de contraparte, de concentração, liquidez, sistêmico, operacional e legal), seu processo de monitoramento e mitigação de perdas financeiras, contribuindo para minimizar possíveis danos de imagem. Ela descreve, ainda, os limites de exposição aos riscos e os órgãos competentes para sua avaliação, as ferramentas utilizadas no monitoramento, a periodicidade e forma de diligência para avaliar a aderência de processos a esta Política, além das providências a serem tomadas em caso de não-conformidade com os limites e em situações não-previstas.

Modelo de Gestão de Riscos (Item 5.3 após a revisão)

A Valia conta com um modelo de gestão de riscos, baseado em três níveis: Definição de Políticas, Gestão e Controle. A definição de políticas de gestão de risco é realizada ex-

ante, e incorpora a determinação de como serão mensurados e controlados os riscos aos quais estão expostos os investimentos da Valia.

As decisões de investimentos são tomadas de forma colegiada, de acordo com políticas de alçada estabelecidas para cada nível de tomada de decisão. Estes níveis incluem o Conselho Deliberativo da Valia, Diretoria Executiva, Comitê Financeiro, Comitê de Investimentos e Gerências. Estas decisões fundamentam-se nas diretrizes definidas no Planejamento Estratégico, que contam com o auxílio técnico de projeções de cenários macroeconômicos de longo prazo, estudos de ALM - *Asset Liability Modelling* (Gestão de Ativos e Passivos) e Estudos de Aderência de Taxas de Juros, todos elaborados por consultorias especializadas. Este processo é consolidado na revisão anual da Política de Investimentos, que delimita os limites mínimo e máximo de alocação em cada carteira de investimento. A Política é aprovada e acompanhada pelo Conselho Deliberativo da Valia, e funciona como o principal limitador da exposição a risco da Fundação, definindo qual a alocação estratégica para os próximos anos

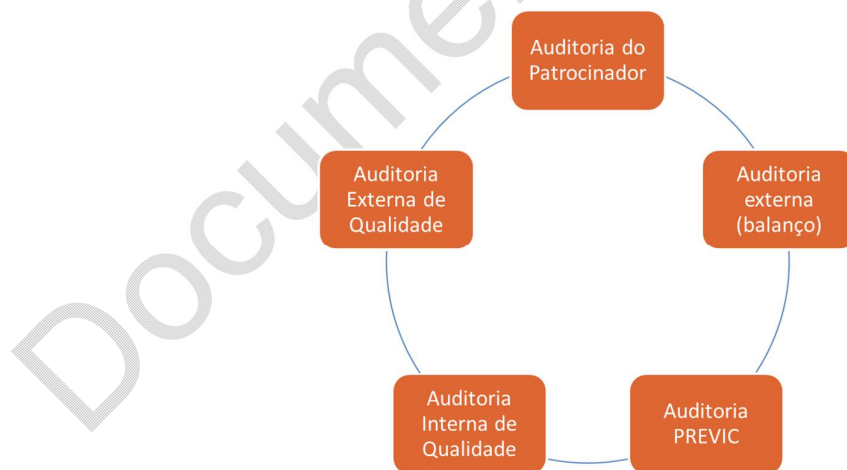
Uma vez realizados os investimentos, torna-se crucial para o alcance das metas de rentabilidade o constante monitoramento e reavaliação dos riscos, em função das alterações nas condições econômicas, bem como o monitoramento da rentabilidade dos ativos *vis-à-vis* os índices de referência. A Valia conta com fornecedores contratados que fornecem ferramentas e relatórios que auxiliam na mensuração de riscos de crédito, de mercado, de liquidez, bem como na mensuração do risco sistêmico, descritos nas seções sobre cada fonte de risco.

Relacionamos as seguintes atividades, bem como sua respectiva periodicidade, voltadas para o monitoramento de investimentos.

1) Monitoramento dos limites aprovados nas políticas de investimentos dos planos e subplanos e da aderência aos limites legais:

- Enquadramento permanente e *ex-ante* realizado pelo custodiante dos ativos da Valia (*Compliance* ativo). Esse processo evita a realização de operações que possam levar a Valia a se desenquadrar em relação aos limites de alocação pré-estabelecidos;
- Enquadramento semanal realizado pela área de Controladoria da Valia;
- Acompanhamento quinzenal dos relatórios de enquadramento recebidos do custodiante dos ativos, realizado pela Gerência de Gestão de Risco Operacional e Governança.

- 2) Acompanhamento periódico dos indicadores de gestão, visando monitorar os itens de controle dos processos de investimento e o atingimento das metas.
- 3) Acompanhamento mensal realizado pelos Comitês de Investimentos e Financeiro da alocação dos investimentos, dos resultados e dos riscos.
- 4) Acompanhamento trimestral pelo Conselho Fiscal, com aprovação do Conselho Deliberativo, dos resultados e das demonstrações financeiras dos planos de benefícios. E, semestral, dos controles internos.
- 5) Acompanhamento trimestral pelo Conselho Deliberativo da alocação dos investimentos, dos resultados e do enquadramento aos limites aprovados na Política de Investimentos.
- 6) Mensurar riscos operacionais e realizar diagnósticos de *compliance*, nos principais processos de negócio, ambos atribuição da Gerência de Gestão de Risco Operacional e Governança visando identificar potenciais riscos e propor planos de mitigação. Adicionalmente, os processos da VALIA são submetidos semestralmente a auditoria interna de Gestão da Qualidade, visando aferir se os mesmos encontram-se em *compliance* ao preconizado na Norma ISO 9001 e revisados anualmente por Auditoria Externa de Qualidade, Auditoria Independente contratada para auditar as demonstrações financeiras e Auditoria de Patrocinadoras e de Órgãos Reguladores.



Em caso de identificadas não-conformidades quanto aos limites estabelecidos, bem como situações não previstas, a área envolvida e a Diretoria de Investimentos avaliam a estratégia de reenquadramento e as providências a serem tomadas, envolvendo outras instâncias de tomada de decisão e reporte, quando aplicável.

5 Alteração do item 5.2: Risco de Mercado

5.1 Texto original:

Risco de Mercado

A Valia compreende o risco de mercado como o risco de a rentabilidade dos investimentos ser inferior às metas atuariais das obrigações com característica de benefício definido ou inferior a índices de referência para obrigações com característica de contribuição variável.

As obrigações com característica de benefício definido têm, em geral, fluxos de caixa estimáveis e perfil de investimento de prazo mais longo. Parte preponderante da carteira deste tipo de obrigações está atrelada a ativos corrigidos por índices de inflação, o que reduz o risco de reinvestimento de longo prazo. Para a avaliação destes riscos em um horizonte longo, a Valia realiza estudos de ALM (Gestão de Ativos e Passivos). É realizado um estudo anual para cada plano consolidado com foco na projeção da rentabilidade da carteira, servindo para atestar a taxa máxima de juros para custeio dos planos de benefícios. Um estudo mais robusto, com foco na definição da fronteira eficiente e com abertura por subplano ou obrigação, além dos perfis de investimentos, é feito com intervalo máximo de 3 anos. Para estimar a variabilidade de retornos de curto prazo e realizar testes de stress, a Valia recebe relatórios preparados por consultoria externa especializada. Estes relatórios apresentam indicadores chave, tais como VaR - Valor em Risco (paramétrico com 95% de confiança), Teste de *Stress*, além de “*duration*” (prazo médio) das carteiras de renda fixa, diferencial de marcação a mercado vs. marcação na curva e projeções de fluxos de caixa futuros. Adicionalmente, o custodiante envia diariamente relatórios de riscos específicos para os fundos de investimento de renda fixa e renda variável, tanto de gestão própria quanto de gestão terceirizada. Quando aplicável, estão previstos no regulamento de cada fundo o limite de VaR estabelecido para cada um.

Para ativos de perfis de investimentos, a Valia utiliza preponderantemente métricas de risco de curto prazo (VaR, Benchmark VaR e Stress Test) para determinar exposições ativas a risco de mercado.

Para acompanhamento de risco de mercado ativo para ativos de Renda Variável da carteira própria e de fundos terceirizados, a Valia pode utilizar, quando adequado, metodologia de benchmark VaR, que monitora o risco ativo frente a índices de ações de referência. Ademais a Valia utiliza bases de dados de consultorias terceirizadas para

monitorar indicadores de *performance* e o posicionamento dos fundos perante seus pares de mercado.

Em função da característica do mercado imobiliário, o valor de mercado dos bens da carteira imobiliária é atualizado anualmente, conforme Laudo de Avaliação Técnico elaborado por empresa de avaliação independente que segue a Norma 14.653-2 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para precificação a valor de mercado de ativos imobiliários.

Adicionalmente, a Valia utiliza-se de base de dados de consultorias de mercado para monitoramento dos indicadores de performance e análise do posicionamento dos seus ativos *vis a vis* os seus pares de mercado

Os fatores de risco passíveis de ocorrência (oferta, demanda, taxas de vacância, entre outros) são periodicamente monitorados, assim como a análise sobre o impacto das condições macroeconômicas sobre o ativo imobiliário.

5.2 Texto alterado:

Risco de Mercado (Item 5.4 após a revisão)

A Valia compreende o risco de mercado como o risco de a rentabilidade dos investimentos ser inferior às metas atuariais das obrigações com característica de benefício definido ou inferior a índices de referência para obrigações com característica de contribuição variável. Considerando as características de cada plano, subplano e sub-carteira e o objetivo de longo prazo destes investimentos, o limite de exposição a risco de mercado é definido como limite de alocação a segmentos na Política de Investimentos.

Investimentos de obrigações com característica de benefício definido

As obrigações com característica de benefício definido têm, em geral, fluxos de caixa estimáveis e perfil de investimento de prazo mais longo. Parte preponderante da carteira deste tipo de obrigações está atrelada a ativos corrigidos por índices de inflação, o que reduz o risco de reinvestimento de longo prazo. Para a avaliação destes riscos em um horizonte longo a Valia realiza estudos de ALM (Gerenciamento de Ativos e Passivos). Anualmente é realizado o estudo de aderência de taxa de juros para cada plano consolidado, de acordo com a Instrução PREVIC nº23, com foco na projeção da rentabilidade da carteira. Um estudo mais robusto, com foco na definição da fronteira eficiente e com abertura por subplano ou obrigação, é feito com intervalo máximo de 3

anos. Seu objetivo é analisar a evolução e rentabilidade da carteira de ativos da Fundação frente aos pagamentos de benefícios projetados, de acordo com o passivo atuarial.

Para estimar a variabilidade de retornos de curto prazo e realizar testes de stress, a Valia possui sistema terceirizado operado internamente e recebe, ainda, relatórios similares preparados por consultoria externa especializada. Estes relatórios apresentam indicadores chave, tais como VaR - Valor em Risco (paramétrico com 95% de confiança), Teste de Stress, além de “*duration*” (prazo médio) das carteiras de renda fixa, diferencial de marcação a mercado vs. marcação na curva e projeções de fluxos de caixa futuros. Adicionalmente, o custodiante envia diariamente relatórios de riscos específicos para os fundos de investimento de renda fixa e renda variável, tanto de gestão própria quanto de gestão terceirizada. Quando o mandato definido pela Valia para o gestor estabelece um limite para a exposição de risco, os limites de VaR estão previstos no regulamento de cada fundo. Outros limites e regras de gestão também são estabelecidos no regulamento de cada fundo, de acordo com o mandato desejado pela Valia.

Investimentos de Perfis de investimentos

Para ativos de perfis de investimentos, a Valia utiliza preponderantemente métricas de risco de curto prazo (VaR, *Benchmark VaR* e *Stress Test*) para determinar exposições ativas a risco de mercado.

Também é realizado, em intervalos de até três anos, um estudo que projeta retornos de longo prazo dos Perfis de Investimentos e avalia o atendimento das expectativas de retorno de longo prazo dos participantes.

Segmento de Renda Variável

Para acompanhamento de risco de mercado ativo para ativos de Renda Variável da carteira própria e de fundos terceirizados, a Valia pode utilizar, quando adequado, metodologia de benchmark VaR, que monitora o risco ativo frente a índices de ações de referência. Ademais a Valia utiliza bases de dados de consultorias terceirizadas para monitorar indicadores de performance e o posicionamento dos fundos perante seus pares de mercado.

Segmento de Imóveis

Em função da característica do mercado imobiliário, o valor de mercado dos bens da carteira imobiliária é atualizado anualmente, conforme Laudo de Avaliação Técnico elaborado por empresa de avaliação independente que segue a Norma 14.653-2 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para precificação a valor de mercado

de ativos imobiliários. Adicionalmente, a Valia utiliza-se de base de dados de consultorias de mercado para monitoramento dos indicadores de performance e análise do posicionamento dos seus ativos vis a vis os seus pares de mercado. Os fatores de risco passíveis de ocorrência (oferta, demanda, taxas de vacância, entre outros) são periodicamente monitorados, assim como a análise sobre o impacto das condições macroeconômicas sobre o ativo imobiliário.

6 Alteração do item 5.3: Risco de Crédito

6.1 Texto original:

Risco de Crédito

A gestão de risco de crédito da Fundação é segregada por segmento; sendo encontrado, preponderantemente, nos segmentos de Renda Fixa, Operações com Participantes, Imóveis e Investimentos Estruturados. No tocante ao segmento de Renda Fixa, os limites por tipo de veículo de investimento são definidos pela Política de Investimentos de cada plano. Alocações em FDIC – Fundos de Direitos Creditórios, CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliários, Debêntures e Notas Promissórias são analisadas individualmente e estão sujeitos aos limites de controle de alçada e, quando cabível, sujeito à recomendação dos Comitês de Investimentos e Financeiro.

No segmento de Renda Fixa a Valia tem como premissa investir em títulos privados considerados como baixo risco (lido a partir do *rating*) pelas principais agências internacionais de classificação de risco no momento da compra do título. Para empresas que tenham o rating mais elevado (AAA), a Valia poderá investir no título realizando uma avaliação das grandes contas do emissor e uma avaliação qualitativa. Para ratings AA e A, a Valia realiza uma avaliação qualitativa e quantitativa detalhada, projetando o fluxo de caixa do emissor, para analisar a sua capacidade de pagamento durante todo o período da operação. Após o momento de investimento, a Valia acompanha os eventos e alterações de ratings do emissor e participa de assembleias de debenturistas.

No tocante a títulos de emissão de bancos, a Valia pode realizar operações que respeitem os limites de controle de alçada e prazo de 1 ano. Aplicações de mais de um ano precisam de recomendação dos Comitês de Investimentos e Financeiro. A Valia tem como princípio investir em títulos de bancos de grande porte (com patrimônio líquido acima de um valor estipulado pelos Comitês de Investimentos e Financeiro) e possuir classificação de baixo

risco de crédito para médio e longo prazo de acordo com indicadores calculados por consultoria especializada.

O limite máximo de exposição por instituição financeira é definido a partir de uma metodologia desenvolvida por essa consultoria, que utiliza dados do balanço patrimonial dos bancos e calcula uma nota representativa da capacidade de pagamento de cada instituição financeira. Junto com uma avaliação qualitativa da instituição, a consultoria determina um nível de risco para curto, médio e longo prazo.

No segmento de Investimentos Estruturados, a Valia investe em Fundos Mezanino, que investem em dívidas de empresas de capital fechado na forma de debêntures, majoritariamente indexadas à inflação, que visam proporcionar retornos próximos aos de renda variável mantendo as características típicas de dívida, como proteção contra perdas, garantias reais e eventual conversibilidade. A Valia, na condição de membro do Comitê de Investimento de todos os seus Fundos de Investimento em Participações (FIPs), participa, com direito a voto, das decisões tomadas acerca dos investimentos e desinvestimentos.

No segmento de Imóveis, como procedimentos de mitigação e acompanhamento do risco de crédito são efetuadas análise cadastral do potencial locatário (Certidões de Falência, Certidões de Protesto, Certidão de Distribuição de Ações e Execuções Cíveis, Criminais, Execuções Fiscais e Juizados Especiais), análise dos principais indicadores econômicos e financeiros do potencial locatário e análise do setor onde está inserida a empresa. No caso de empresa de capital aberto são adotados os relatórios de rating emitidos pelas principais agências classificadoras de risco. Adicionalmente os contratos de locação contemplam garantias, preferencialmente, carta de fiança bancária de banco de grande porte, obedecendo classificação trimestral de consultoria especializada.

No processo de desinvestimento imobiliário são analisadas, comercialmente e juridicamente, as Certidões Negativas em geral, dentre outros documentos necessários à análise do risco de crédito do comprador. A garantia, no caso de eventual inadimplência durante o processo de desinvestimento imobiliário a prazo, é o próprio imóvel, podendo ser adotadas medidas de garantias adicionais dependendo do tipo da operação e montante envolvido.

Nas Operações com Participantes os procedimentos para mitigação do risco de crédito são: análise da situação cadastral do mutuário junto a órgãos de proteção ao crédito, consignação da reserva de poupança como garantia do empréstimo, contratação de seguro prestamista (morte) e diferenciação das taxas de juros dos contratos de acordo com a probabilidade de consignação das parcelas e da reserva.

São segregados valores para provisão de crédito de liquidação duvidosa (PCLD) de acordo com os critérios contábeis definidos pelo órgão regulador e pela legislação vigente.

O acompanhamento da inadimplência é realizado através dos “Relatórios de Inadimplência” e PCLD. Essa inadimplência é comparada com os limites definidos pelas próprias taxas de juros dos contratos de mútuo.

6.2 Texto alterado:

Risco de Crédito (Item 5.5 após a revisão)

A gestão de risco de crédito da Fundação é segregada por segmento; sendo encontrado, preponderantemente, nos segmentos de Renda Fixa, Operações com Participantes, Imóveis e Investimentos Estruturados. No tocante ao segmento de Renda Fixa, os limites por tipo de veículo de investimento são definidos pela Política de Investimentos de cada plano. Alocações em FDIC – Fundos de Direitos Creditórios, CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliários, Debêntures e Notas Promissórias são analisadas individualmente e estão sujeitos aos limites de controle de alçada e, quando cabível, sujeito à recomendação dos Comitês de Investimentos e Financeiro. Considerando as características de cada plano, subplano e sub-carreira e o objetivo de longo prazo destes investimentos, o limite de exposição às modalidades de risco de crédito estão definidas na Política de Investimentos.

Segmento de Renda Fixa

No segmento de Renda Fixa a Valia tem como premissa investir em títulos privados considerados como baixo risco (lido a partir do *rating*) pelas principais agências internacionais de classificação de risco no momento da compra do título, como limites definidos na Política de Investimentos. Para empresas que tenham o rating mais elevado (AAA), a Valia poderá investir no título realizando uma avaliação das grandes contas do emissor e uma avaliação qualitativa. Para ratings AA e A, a Valia realiza uma avaliação qualitativa e quantitativa detalhada, projetando o fluxo de caixa do emissor, para analisar a sua capacidade de pagamento durante todo o período da operação. Após o momento de investimento, a Valia acompanha os eventos e alterações de ratings do emissor e participa de assembleias de debenturistas.

No tocante a títulos de emissão de bancos, a Valia pode realizar operações que respeitem os limites de controle de alçada e prazo de 1 ano. Aplicações de mais de um ano precisam

de recomendação dos Comitês de Investimentos e Financeiro. A Valia tem como princípio investir em títulos de bancos de grande porte (com patrimônio líquido acima de um valor estipulado pelos Comitês de Investimentos e Financeiro) e possuir classificação de baixo risco de crédito para médio e longo prazo de acordo com indicadores calculados por consultoria especializada.

O limite máximo de exposição por instituição financeira é definido a partir de uma metodologia desenvolvida por essa consultoria, que utiliza dados do balanço patrimonial dos bancos e calcula uma nota representativa da capacidade de pagamento de cada instituição financeira. Junto com uma avaliação qualitativa da instituição, a consultoria determina um nível de risco para curto, médio e longo prazo.

Segmento de Investimentos Estruturados

No segmento de Investimentos Estruturados, a Valia investe em Fundos Mezanino, que investem em dívidas de empresas de capital fechado, na forma de debêntures indexadas à inflação que visam proporcionar retornos próximos aos de renda variável mantendo as características típicas de dívida, como proteção contra perdas, garantias reais e eventual conversibilidade. De forma geral, a Valia participa, com direito a voto, dos Comitês de Investimentos e Assembleias dos fundos, após realizar avaliação quantitativa e qualitativa de cada investimento e desinvestimento.

Segmento de Imóveis

No segmento de Imóveis, como procedimentos de mitigação e acompanhamento do risco de crédito são efetuadas análise cadastral do potencial locatário (Certidões de Falência, Protesto, Serasa, entre outras), análise dos principais indicadores econômicos e financeiros do mesmo e análise do setor onde está inserida a empresa. Além disso, é realizada busca de informações do potencial locatário na imprensa e internet e feita consulta à segurança empresarial da Vale, verificando o envolvimento da empresa em situações que possam trazer risco de imagem à Valia. No caso de empresa de capital aberto, também são analisados relatórios de rating emitidos pelas principais agências classificadoras de risco. Adicionalmente, os contratos de locação normalmente contemplam garantias contratuais, preferencialmente carta de fiança bancária ou seguro locatício, exceto para empresas com risco soberano ou órgãos públicos, cuja garantia é empenho orçamentário.

No processo de desinvestimento imobiliário são analisadas, comercialmente e juridicamente, as Certidões Negativas em geral, dentre outros documentos necessários à análise do risco de crédito do comprador. A garantia, no caso de eventual inadimplência

durante o processo de desinvestimento imobiliário a prazo, é o próprio imóvel, podendo ser adotadas medidas de garantias adicionais, dependendo do tipo da operação e montante envolvido.

Segmento de Operações com Participantes

Nas Operações com Participantes os procedimentos para mitigação do risco de crédito são: análise da situação cadastral do mutuário junto a órgãos de proteção ao crédito, consignação da reserva de poupança como garantia do empréstimo, contratação de seguro prestamista (morte) e diferenciação das taxas de juros dos contratos de acordo com a probabilidade de consignação das parcelas e da reserva. São segregados valores para provisão de crédito de liquidação duvidosa (PCLD) de acordo com os critérios contábeis definidos pelo órgão regulador e pela legislação vigente. O acompanhamento da inadimplência é realizado através de PCLD, sendo a inadimplência comparada com os limites definidos pelas próprias taxas de juros dos contratos de mútuo. Em caso de situações não-previstas, podem ser tomadas como providências, entre outras, a revisão das condições negociais e regras praticadas para concessão de empréstimos, bem como a intensificação da renegociação de inadimplentes.

7 Alteração do item 5.4: Risco de Contraparte

7.1 Texto original:

Risco de Contraparte

A Valia entende que o risco de contraparte ao qual a Valia pode estar exposta está relacionado, preponderantemente, com o risco de liquidação, ou seja, o risco de um intermediário financeiro não honrar a liquidação das operações firmadas com a Valia, especialmente nos segmentos de renda fixa, renda variável e investimentos no exterior.

Após a negociação de títulos públicos no mercado secundário com corretoras e bancos, a Valia tem como prática o registro das operações no sistema eletrônico chamado CetipNet, que é um sistema para negociar títulos públicos e privados. Este procedimento reduz o risco de a contraparte não honrar o compromisso firmado através da negociação verbal e sua consequência, o risco de substituição (do inglês *replacement risk*, risco de não ser possível realizar outra operação sob as mesmas condições).

A liquidação dos títulos de renda fixa pelas câmaras de compensação (*clearings*) é realizada através do conceito de pagamento contra recebimento, onde uma posição em

títulos é transferida apenas quando o pagamento é reconhecido pela *clearing*, e vice-versa, provendo um mecanismo de segurança para estas transações.

No mercado de derivativos e de ações, a BM&FBovespa possui diversos mecanismos de segurança, multas e liquidação compulsória para minimizar o risco de liquidação e o *replacement risk*.

De forma a mitigar ainda mais o Risco de Contraparte, a Valia tem como princípio escolher intermediários financeiros (bancos e corretoras) de grande porte e com elevado volume de negociação de mercado, que são recomendados pelos Comitês de Investimento e Financeiro seguindo processo específico.

7.2 Texto alterado:

Risco de Contraparte (Item 5.6 após a revisão)

A Valia entende que o risco de contraparte ao qual a Fundação pode estar exposta está relacionado, preponderantemente, com o risco de liquidação, ou seja, o risco de um intermediário financeiro não honrar a liquidação das operações firmadas com a Valia, especialmente nos segmentos de renda fixa, renda variável e investimentos no exterior.

Após a negociação de títulos públicos no mercado secundário com corretoras e bancos, a Valia tem como prática o registro das operações no sistema eletrônico chamado CetipNet, que é um sistema para negociar títulos públicos e privados. Este procedimento reduz o risco de a contraparte não honrar o compromisso firmado através da negociação verbal e sua consequência, o risco de substituição (do inglês *replacement risk*, risco de não ser possível realizar outra operação sob as mesmas condições).

A liquidação dos títulos de renda fixa pelas câmaras de compensação (*clearings*) é realizada através do conceito de pagamento contra recebimento, onde uma posição em títulos é transferida apenas quando o pagamento é reconhecido pela *clearing*, e vice-versa, provendo um mecanismo de segurança para estas transações.

No mercado de derivativos e de ações, a BM&FBovespa possui diversos mecanismos de segurança, multas e liquidação compulsória para minimizar o risco de liquidação e o *replacement risk*.

De forma a mitigar ainda mais o Risco de Contraparte, a Valia tem como princípio escolher intermediários financeiros (bancos e corretoras) de grande porte e com elevado volume

de negociação de mercado, que são recomendados pelos Comitês de Investimento e Financeiro seguindo processo específico.

8 Alteração do item 5.5: Risco de Concentração

8.1 Texto original:

Risco de Concentração

As regras de concentração setorial são definidas no âmbito dos Comitês de Investimentos e Financeiro, aos quais são prestadas contas mensalmente. Os limites percentuais de concentração são levados, também, em consideração na seleção de quais ativos considerar como oportunidades de investimentos. Nos segmentos de Renda Variável e Investimento no Exterior a alocação é realizada em ações que espelham índices de ações divulgados por bolsas ou empresas especializadas, proporcionando ampla diversificação. A alocação em fundos de gestão terceirizada, tanto para o segmento de Renda Variável quanto para o de Investimentos no Exterior, preconiza a diversificação em 5 (cinco) ou mais gestores.

No segmento de Imóveis a mitigação do risco de concentração é realizada através da realização de operações financeiras estruturadas com lastro imobiliário, principalmente nas oportunidades de investimento em análise. O intuito é de obter uma maior diversificação na classe de ativos, diluindo riscos e contando com gestores de mercado experientes. Adicionalmente, a carteira própria possui diversificação regional de seus ativos.

O risco de concentração no segmento de Operações com Participantes é mitigado pela pulverização dos contratos entre os participantes dos diversos perfis, planos e patrocinadoras.

8.2 Texto alterado:

Risco de Concentração (Item 5.7 após a revisão)

São prestadas contas mensalmente da concentração setorial no âmbito dos Comitês de Investimentos e Financeiro. Os percentuais de concentração são levados, também, em consideração na seleção de quais ativos considerar como oportunidades de investimentos. Nos segmentos de Renda Variável e Investimento no Exterior a alocação

é realizada em ações que fazem parte de índices de ações amplos divulgados por bolsas ou empresas especializadas, proporcionando ampla diversificação. A alocação em fundos de gestão terceirizada, tanto para o segmento de Renda Variável quanto para o de Investimentos no Exterior, preconiza a diversificação em 5 (cinco) ou mais gestores.

No segmento de Imóveis a mitigação do risco de concentração é realizada através da realização de operações financeiras estruturadas com lastro imobiliário, principalmente nas oportunidades de investimento em análise. O intuito de obter uma maior diversificação na classe de ativos, diluindo riscos e contando com gestores de mercado experientes. Adicionalmente, a carteira própria possui diversificação regional de seus ativos.

O risco de concentração no segmento de Operações com Participantes é mitigado pela pulverização dos contratos entre os participantes dos diversos perfis, planos e patrocinadoras.

9 Alteração do item 5.6: Risco de Liquidez

9.1 Texto original:

Risco de Liquidez

Em obrigações com característica de benefício definido o fluxo de pagamentos de benefícios tem, em geral, maior previsibilidade. Portanto, a Valia pode definir uma estratégia de casamento de fluxos de ativos e passivos (*cash flow matching*), de forma a criar uma carteira que ofereça uma série de pagamentos de juros e amortização de principal que se adapte ao fluxo de pagamento de benefícios. A aderência dos fluxos de caixa é monitorada permanentemente com modelos próprios e revisada periodicamente no estudo de ALM (Gerenciamento de Ativos e Passivos) realizado por consultoria independente. Esse estudo leva em consideração o fluxo de caixa limitado das operações de empréstimos do segmento de Operações com Participantes, de títulos levados a vencimento no segmento de Renda Fixa e outros ativos de menor liquidez nos segmentos de Imóveis e Investimentos Estruturados. Neste tipo de obrigação a Valia também adota uma política de caixa mínimo, de forma a prover um colchão de liquidez imediata para situações inesperadas, garantindo que cada obrigação tenha liquidez suficiente para honrar pagamentos sem a necessidade de venda de ativos, sejam líquidos ou ilíquidos.

Em obrigações com característica de contribuição variável, a Valia poderá ter ativos registrados como “a vencimento” e “negociação”. Estes últimos podem ser vendidos a qualquer tempo em situações normais de mercado e os primeiros são resgatados apenas no vencimento dos títulos, sendo contabilizados pela taxa de compra (na curva), gerando menor volatilidade de retorno para a carteira. Para compor a proporção adequada de cada tipo de contabilização de custos são levados em consideração:

(i) tempo médio de permanência do participante no plano, gerando input para a *duration* adequada para esta realidade;

(ii) cenários históricos de resgate de saldos de conta, gerando uma estimativa adequada para momentos de maior necessidade de caixa para pagamento de resgates e portabilidade;

(iii) fluxo estimado de transformação dos saldos de conta em concessão de benefícios por prazo certo, percentual do saldo de conta ou vitalícios.

Para este tipo de obrigação, a Valia também adota uma política de caixa mínimo, de forma a prover um colchão de liquidez imediata para situações inesperadas, garantindo que cada carteira tenha liquidez suficiente para honrar pagamentos sem a necessidade de venda de ativos, sejam líquidos ou ilíquidos.

9.2 Texto alterado:

Risco de Liquidez (Item 5.8 após a revisão)

Em obrigações com característica de benefício definido o fluxo de pagamentos de benefícios tem, em geral, maior previsibilidade. Portanto, a Valia pode definir uma estratégia de casamento de fluxos de ativos e passivos (*cash flow matching*), de forma a criar uma carteira que ofereça uma série de pagamentos de juros e amortização de principal que se adapte ao fluxo de pagamento de benefícios. A aderência dos fluxos de caixa é monitorada permanentemente com modelos próprios e revisada no estudo de ALM (Gerenciamento de Ativos e Passivos) realizado por consultoria independente. Esse estudo leva em consideração o fluxo de caixa limitado das operações de empréstimos do segmento de Operações com Participantes, de títulos levados a vencimento no segmento de Renda Fixa e outros ativos de menor liquidez nos segmentos de Imóveis e Investimentos Estruturados. Neste tipo de obrigações a Valia também adota uma política de caixa mínimo, de forma a prover um colchão de liquidez imediata para situações

inesperadas, garantindo que cada obrigação tenha liquidez suficiente para honrar pagamentos sem a necessidade de venda de ativos, sejam líquidos ou ilíquidos.

Em obrigações com característica de contribuição variável a Valia poderá ter ativos registrados como “a vencimento” e “negociação”. Estes últimos podem ser vendidos a qualquer tempo em situações normais de mercado e os primeiros são resgatados apenas no vencimento dos títulos, sendo contabilizados pela taxa de compra (na curva), gerando menor volatilidade de retorno para a carteira. Para compor a proporção adequada de cada tipo de contabilização de custos são levados em consideração:

(i) tempo médio de permanência do participante no plano, gerando input para a *duration* adequada para esta realidade;

(ii) cenários históricos de resgate de saldos de conta, gerando uma estimativa adequada para momentos de maior necessidade de caixa para pagamento de resgates e portabilidade;

(iii) fluxo estimado de transformação dos saldos de conta em concessão de benefícios por prazo certo, percentual do saldo de conta ou vitalícios.

Para este tipo de obrigações, a Valia também adota uma política de caixa mínimo, de forma a prover um colchão de liquidez imediata para situações inesperadas, garantindo que cada carteira tenha liquidez suficiente para honrar pagamentos sem a necessidade de venda de ativos, sejam líquidos ou ilíquidos.

10 Alteração do item 5.7: Risco de Sistêmico

10.1 Texto original:

Risco Sistêmico

O Risco Sistêmico é compreendido como aquele provocado por eventos com alterações extremas de preços de mercado e crises de liquidez que afetem a correta precificação de ativos. Nesses períodos correlações históricas entre o retorno de classes de ativos e a magnitude da variação de preços podem tornar-se temporariamente atípicas. A avaliação do risco sistêmico dos investimentos é idealmente realizada por meio de “Testes de *Stress*”, cujo objetivo é avaliar o comportamento da carteira de investimentos da Fundação para grandes mudanças nas variáveis financeiras (como taxas, preços etc.). Na Valia estes relatórios são gerados por consultoria especializada.

10.2 Texto alterado:

Risco Sistêmico (Item 5.9 após a revisão)

O Risco Sistêmico é compreendido como aquele provocado por eventos com alterações extremas de preços de mercado e crises de liquidez que afetem a correta precificação de ativos. Nesses períodos correlações históricas entre o retorno de classes de ativos e a magnitude da variação de preços podem tornar-se temporariamente atípicas. A avaliação do risco sistêmico dos investimentos é idealmente realizada por meio de “Testes de Stress”, cujo objetivo é avaliar o comportamento da carteira de investimentos da Fundação para grandes mudanças nas variáveis financeiras (como taxas, preços etc.). Na Valia estes relatórios são gerados internamente e também paralelamente por consultoria especializada.

11 Alteração do item 5.8: Risco Operacional

11.1 Texto original:

Risco Operacional

O risco operacional pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas humanas ou de sistemas, deficiência de controles, inadequação dos processos internos ou fatores externos. Os riscos de aspecto legal ocasionados pela inadequação a requisitos legais ou as multas aplicadas por descumprimento de dispositivos legais são também considerados como riscos operacionais.

O processo de identificação e controle dos riscos operacionais é realizado pelas áreas de negócios utilizando-se da metodologia *Control Self Assessment – CSA*, sendo estas responsáveis por manter registros atualizados e descrições de suas atividades, incluindo sistemas, pessoas, recursos físicos e outros componentes, além de planos de ação de mitigação. O monitoramento é realizado por diagnósticos de *compliance* avaliando o impacto dos riscos operacionais, reportando-os para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Como metodologia de mitigação do risco da prática de corrupção, a VALIA possui uma Comissão de Integridade com objetivo de avaliar situações sensíveis à prática de corrupção e promover treinamentos periódicos aos dirigentes e colaboradores. Além disso, a VALIA desenvolve um programa anticorrupção que inclui diligências na avaliação

prévia dos fornecedores de produtos e prestadores de serviços, através da verificação de informações públicas ou outras informações de antecedentes. Tais procedimentos estão regulados por padrões internos.

11.2 Texto alterado:

Risco Operacional (Item 5.10 após a revisão)

O risco operacional pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas humanas ou de sistemas, deficiência de controles, inadequação dos processos internos ou fatores externos. Os riscos de aspecto legal ocasionados pela inadequação a requisitos legais ou as multas aplicadas por descumprimento de dispositivos legais são também considerados como riscos operacionais.

A Valia realiza gestão por processos, com a padronização das atividades de gestão de investimentos. Esse modelo busca mitigar riscos operacionais e estimular a melhoria contínua dos processos.

O processo de identificação e controle dos riscos operacionais é realizado pelas áreas de negócios utilizando-se da metodologia *Control Self Assessment* – CSA, sendo estas responsáveis por manter registros atualizados e descrições de suas atividades, incluindo sistemas, pessoas, recursos físicos e outros componentes, além de planos de ação de mitigação. O monitoramento é realizado por diagnósticos de *compliance* avaliando o impacto dos riscos operacionais, reportando-os para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

A Valia possui o Comitê de Crise, responsável por analisar e iniciar procedimentos de contingência a serem observados pela Alta Administração da Fundação, em caso de incidente grave. Adicionalmente, temos o Comitê de Segurança da Informação, cuja atribuição reside em definir estratégias e diretrizes para implementar procedimentos de segurança da informação, bem como propor atualizações periódicas de sua Política, comunicar e conscientizar os usuários e participar da elaboração de normas regulatórias sobre este tema.

Como metodologia de mitigação do risco da prática de corrupção, a VALIA possui uma Comissão de Integridade com objetivo de avaliar situações sensíveis à prática de corrupção e promover treinamentos periódicos aos dirigentes e colaboradores. Além disso, a VALIA desenvolve um programa anticorrupção que inclui diligências na avaliação prévia dos fornecedores de produtos e prestadores de serviços, através da verificação de

informações públicas ou outras informações de antecedentes. Tais procedimentos estão regulados por padrões internos.

12 Alteração do item 5.9: Risco Legal

12.1 Texto original:

Risco Legal

O risco legal pode ser definido como uma medida da incerteza dos retornos da instituição caso seus negócios não sejam amparados por lei em seu sentido amplo, seja em razão do risco de perdas resultante de sanções por reguladores e indenizações por danos a terceiros por violação da legislação vigente, seja em virtude do risco de perdas em consequência da criação ou nova interpretação da incidência de tributos ou, ainda, por efeito de julgamentos desfavoráveis por contratos e/ou regulamentos omissos ou sem o devido resguardo legal.

Como metodologia de mitigação do risco legal, o corpo jurídico da VALIA acompanha, avalia e divulga permanentemente o cenário legal, de modo a apoiar seus dirigentes e colaboradores na condução adequada dos negócios, além disso, promove o monitoramento, a avaliação e a estratégia de condução dos processos administrativos e judiciais, com reportes periódicos aos órgãos institucionais.

Ademais, a equipe jurídica da VALIA atua proativamente nas decisões estratégicas de modo a gerar maior eficiência, transparência e segurança, bem como minimizar perdas decorrentes de exposições excessivas ou desnecessárias.

12.2 Texto alterado:

Risco Legal (Item 5.11 após a revisão)

O risco legal pode ser definido como uma medida da incerteza dos retornos da instituição caso seus negócios não sejam amparados por lei em seu sentido amplo, seja em razão do risco de perdas resultante de sanções por reguladores e indenizações por danos a terceiros por violação da legislação vigente, seja em virtude do risco de perdas em consequência da criação ou nova interpretação da incidência de tributos ou, ainda, por efeito de julgamentos desfavoráveis por contratos e/ou regulamentos omissos ou sem o devido resguardo legal.

Como metodologia de mitigação do risco legal, o corpo jurídico da VALIA acompanha, avalia e divulga permanentemente o cenário legal, de modo a apoiar seus dirigentes e colaboradores na condução adequada dos negócios, além disso, promove o monitoramento, a avaliação e a estratégia de condução dos processos administrativos e judiciais, com reportes periódicos aos órgãos institucionais.

Ademais, a equipe jurídica da VALIA atua proativamente nas decisões estratégicas de modo a gerar maior eficiência, transparência e segurança, bem como minimizar perdas decorrentes de exposições excessivas ou desnecessárias.

13 Inclusão do item de Atualização da Política de Risco

13.1 Texto proposto:

Atualização (Item 5.12)

A aprovação deste documento compete ao Conselho Deliberativo e deve ser revisado e avaliado com periodicidade mínima anual.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORA SUPERINTENDENTE

Maria Eudóxia Monteiro de Barros Gurgel

DIRETORA DE SEGURIDADE

Maria Elisabete Silveira Teixeira

DIRETOR DE INVESTIMENTOS E FINANÇAS

Maurício da Rocha Wanderley